



## DADOS QUE ENGANAM OU QUE APAGAM A HISTÓRIA? A DRAMATICIDADE DAS ESTATÍSTICAS NA COBERTURA TELEJORNALÍSTICA SOBRE FEMINICÍDIO

Júlia Cavalcanti Versiani dos Anjos<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem o objetivo de examinar os efeitos de sentido produzidos pelo discurso jornalístico sobre feminicídio, especificamente no que diz respeito à utilização de estatísticas nestas narrativas. O corpus de análise é composto por 43 matérias de telejornais da Rede Globo, que foram veiculadas entre 2018 e 2020 e disponibilizadas na ferramenta *Globoplay*. A hipótese do presente artigo é que a quantificação do feminicídio atua em conjunto com o recurso à emotividade dos espectadores, detendo a função de chamar a atenção e promover o choque – porém, não no sentido de um ganho informativo, mas sim de uma dramaticidade despotencializada

**PALAVRAS-CHAVE:** *Feminicídio. Telejornalismo. Emoção.*

**ABSTRACT:** This essay aims to examine the effects of meaning produced by the journalistic discourse on femicide, specifically with regard to the use of statistics in these narratives. The corpus of analysis is composed of 43 news articles from Rede Globo, which were broadcasted between 2018 and 2020 and made available on the online platform *Globoplay*. The hypothesis is that the quantification of femicide works together with the appeal for the spectators' emotionality, holding the function of drawing attention and promoting shock - however, not in the sense of an informative gain, but of a disenfranchised drama (a dramatic tone robbed of its potencial)

**KEYWORDS:** *Femicide. Telejournalism. Emotion.*

---

<sup>1</sup> Doutora e Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ) Professora substituta de Graduação na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). E-mail: julianjos@gmail.com

---

Revista ALTERJOR

Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)

Ano 14 - Volume 02 - Edição 28 - Julho-Dezembro de 2023

Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 443, Cidade Universitária, São Paulo, CEP: 05508-020

## Introdução

Uma mãe segura em mãos o atestado de óbito da própria filha, Ingride, assassinada violentamente pelo marido. Essa cena faz parte da reportagem “Pará registra ao menos 39 casos de feminicídio este ano”, transmitida pelo *Jornal Liberal* em 2018 (PARÁ..., 2018). O conteúdo se inicia com a chamada do apresentador do programa, que informa que subiu para 39 o número de casos de feminicídio no Pará naquele ano e anuncia, desde já, o ponto de vista da polícia, que atribui esse crescimento à sensação de impunidade. Em seguida, inicia o VT que começa a contar a história de Ingride, a 39ª vítima de feminicídio do ano.

O documento que comprovava o feminicídio da jovem aparece virado em direção à câmera, que se alterna entre um *close* no papel, outro no rosto choroso da mãe da vítima. Ao mesmo tempo em que essas imagens se sucedem, entra a voz de repórter em *off*: “a mãe disse que sabe que essa era uma tragédia anunciada. Além das ameaças de morte, ela conta que Ingride tinha sido agredida pelo marido várias vezes, mas *nunca* denunciou à polícia” (PARÁ..., 2018, grifos nossos).

O grifo na palavra *nunca* é uma tentativa de exprimir a ênfase dada pela locutora ao pronunciar esta palavra. Observa-se como, no exato momento em que a matéria mostrava o símbolo da morte de uma mulher, também emitia um julgamento sobre ela – afinal, está implícita a pergunta: por que Ingride não denunciou o seu agressor? Aos olhos das pessoas que elaboraram o conteúdo, por não ter buscado ajuda da polícia, ela foi ao menos parcialmente culpada pela própria morte. Afinal, o fator ressaltado pela reportagem, desde seus primeiros segundos, como sendo decisivo para o suposto incremento dos casos de feminicídio não é o machismo ou a misoginia, nem mesmo as atitudes dos agressores, é a falta de punição dos mesmos – e, na medida em que as mulheres não denunciam estes homens, elas, de acordo com esse raciocínio, colaboram para a impunidade. Difundir uma mensagem como essa diante da figura de uma mãe enlutada, segurando a certidão de óbito da filha, demonstra até que ponto pode ir a naturalização da culpabilização da vítima.

Essa matéria do *Jornal Liberal* faz parte de uma amostra de 43 conteúdos telejornalísticos<sup>2</sup> sobre feminicídio disponibilizados na ferramenta *Globoplay* entre 2018 e 2020, que dizem respeito a telejornais de diversos estados das cinco regiões do país. O foco deste trabalho será observar os efeitos da utilização dos números nas narrativas telejornalísticas, uma vez que esse quesito se destaca na amostra e também demonstra de maneira sintomática como ocorre o esvaziamento da questão. Os números dão concretude e atestam, supostamente, de maneira direta e isenta, o que se quer afirmar. Por isso, para um jornalismo que se pretende imparcial e objetivo, são instrumento fundamental. Entretanto, observa-se que as estatísticas não costumam aparecer isoladas: elas quase sempre atuam em conjunto com o viés mais dramático das reportagens. Na verdade, eles acabam funcionando como mais uma forma de sensibilizar o espectador, por vias diferentes.

É certo que, assim como o tom sentimental, a quantificação, em si, não é um problema. Entretanto, o modo como é utilizada faz com que acabe operando de maneira problemática: com a função de chamar a atenção, promover o choque, porém não no sentido de uma informação, e sim de um esvaziamento do tema, que provoca uma perda de potencial para debate, o que tenho chamado de *dramaticidade despotencializada* (AUTORA, 2023).

A partir de uma compreensão do jornalismo como um locus privilegiado de produção de sentidos sobre feminicídio, em que saber e poder se articulam, a Análise do Discurso de inspiração foucaultiana foi a metodologia selecionada. Nesta metodologia, os discursos são tratados como um modo de produção social: “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2008, p. 55). Que verdades se criam sobre o feminicídio nas matérias analisadas, a quem elas interessam, e quais são suas consequências sociais?

---

<sup>2</sup> Este é um recorte de uma amostra mais robusta com mais de mil reportagens, parte de um projeto de pesquisa mais amplo, com o objetivo de investigar os efeitos de sentidos produzidos pelo discurso jornalístico sobre o tema do feminicídio.

## “OS NÚMEROS COMPROVAM”: A CONSTRUÇÃO DO FEMINICÍDIO COMO UMA NOVIDADE

A notícia *Piauí tem 17 feminicídios esse ano e mulher ainda tem medo de denunciar*, que foi ao ar em 2018 pelo *Bom Dia Piauí* (PIAÚÍ..., 2018), é um exemplo interessante em que os números atuam diretamente no sentido de comoção do espectador e também acabam sendo utilizados como mote para julgamento da vítima. Seguindo o procedimento de muitas reportagens da amostra, o material se inicia com um dado estatístico: a cada uma hora e meia, uma mulher é assassinada no Brasil simplesmente por ser mulher. Logo em seguida, a apresentadora do telejornal diz que a maioria das mulheres que sofre violência não procura ajuda. Então, o jornal exibe um VT com imagens de um protesto feito após um caso recente de feminicídio, ao qual são sobrepostas fotos de algumas vítimas. O espectador pode ouvir o som de gritos da população, e a eles se junta uma voz em *off*, que diz: “Por Aretha, por Irismar, por Gabriela, por Socorro, e por tantas mais que o silêncio, aliado ao ódio, tirou vidas. Dezesete vítimas no Piauí, nove aqui na capital, mais que todo o ano passado” (PIAÚÍ..., 2018). Mais uma vez, une-se à *performance* de compaixão, um julgamento moral em direção às vítimas: seu silêncio, ao invés de efeito comum de um processo contínuo de violência psicológica, é colocado como um *cúmplice* do ódio. Apesar de dizer que os vizinhos e a sociedade como um todo devem se engajar na questão, é bastante problemática a construção de que a vítima colabora para a própria morte, a qual é reforçada em outros três momentos da reportagem.

283

Vale notar a expressão corporal da repórter Denise Freitas quando comenta sobre as estatísticas referentes à ausência de denúncias por parte das vítimas (FIG. 1). Percebemos que, como observa Gutmann (2014), o corpo do repórter se torna parte integrante da performatização do acontecimento. Vemos como a jornalista, de fato, se projeta enquanto “eu” no discurso, interpreta corporalmente o dito, explora expressões faciais e gestualidades. Ela assume uma fisionomia de reprovação, cruza os braços, faz o número um com os dedos. Mais uma vez, o dado numérico colabora para favorecer a dramatização.

FIGURA 1 – Expressão corporal da jornalista Denise Freitas na reportagem *Piauí tem 17 feminicídios esse ano e mulher ainda tem medo de denunciar*



FONTE – Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do *Bom Dia Piauí* (PIAUI..., 2018). Legenda acrescentada pela autora, registrando a fala da repórter.

Na maioria das reportagens em que estatísticas são citadas, elas servem para chamar a atenção para o tema do feminicídio por meio dos números e demandar uma ação por parte da vítima. Como estes dados geralmente vêm de instituições ligadas ao sistema de justiça, tendem a apresentar uma visão positiva sobre este, deslocando, então, para outro lugar, a falha no processo – geralmente, a mulher.

Os números também são citados para comprovar a relevância de se falar sobre feminicídio e direitos da mulher. Em reportagem no Dia Internacional da Mulher, o *Bom Dia Pará* afirma: “um dado triste tira um pouco o brilho da nossa data: é o número de feminicídios” (NÚMERO..., 2018a). A reportagem explica questões como o que é uma medida protetiva, a existência de abrigos para mulheres vítimas de violência e a importância do tratamento psicológico, porém, é curioso observar como não é apenas o fenômeno do feminicídio o que “tira o brilho” da comemoração de dia das mulheres: é o *número* de feminicídios. Boa parte do conteúdo se dedica a informar sobre a *quantidade* de casos, de processos judiciais envolvendo esse tipo de crime e de medidas protetivas expedidas, entre outros dados. Deste modo, percebe-se como os números se tornam ferramenta essencial para estabelecer a relevância do tema, do ponto de vista do telejornal. Em outro caso, afirma-se que “os números mostram que estamos longe de poder comemorar o dia da mulher” (PARANÁ..., 2019). Observa-se que o dado

numérico confere legitimidade à fala: para *comprovar* as dificuldades ainda enfrentadas pela comunidade feminina, recorre-se às estatísticas. A matéria em questão é totalmente baseada nesta classe de informação, ressaltando o aumento de 50% nos casos de feminicídio em 2018.

Além do dia da mulher, outro momento do ano em que os feminicídios ganham destaque nos telejornais devido ao seu crescimento é durante o período de fim de ano. A retrospectiva de 2018 do jornal *TEM Notícias*, por exemplo, contou com uma referência ao feminicídio – destacando, é claro, o aumento das estatísticas naquele ano (RETROSPECTIVA..., 2018). Outro exemplo é uma matéria do *Bom Dia MS* em dezembro de 2018, que declara que aquele “foi um ano bem violento para as mulheres”, com uma média de dois casos por mês (MS..., 2018).

A ocorrência de dois feminicídios no mesmo dia em uma mesma cidade também é um fator considerado digno de nota<sup>3</sup>, que pode inclusive fazer com que os casos cheguem a ser mencionados pelo *Jornal Nacional*<sup>4</sup>, algo que não acontece com frequência. Geralmente, são os jornais locais os que mais tematizam feminicídios, fazendo uma contagem ao longo do ano: “14º caso de feminicídio é confirmado no DF” (14º CASO..., 2019).

Como temos visto, em muitos dos casos, a abordagem destes números é pautada por um viés sentimentalista. São dados “tristes”, números “assustadores” e “alarmantes” (NÚMERO..., 2018c; DF..., 2019). Aqui, não há receio em adotar outro registro que não seja o da suposta neutralidade jornalística. Na verdade, como recorda Matheus (2006) o aparente paradoxo entre difusão de sensações e crença na objetividade é um falso dilema. Mais interessante é perceber as “fortes imbricações entre informação e sensação (...), entre o estatuto racionalista e a herança de emoções hiperbólicas do jornalismo”

---

<sup>3</sup> Exemplos: INDAIATUBA registra dois feminicídios em menos de 24 horas. **Bom Dia Cidade - Campinas/Piracicaba**, 26/03/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6609394/>>. Acesso em: 20/10/2021; CIDADE tem dois feminicídios no mesmo dia. **Bom Dia SP**, 19/03/2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7466760/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>4</sup> Exemplo: EM MG, 2 mulheres são vítimas de feminicídio por parceiros que não aceitaram rompimento. **Jornal Nacional**, 11/01/2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7294207/programa/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

(2006, p. 54). Em análise do jornal *O Globo*, a autora verifica que o periódico se vale cotidianamente de estratégias oriundas das narrativas sensacionais, com forte traço popular, derivado da cultura oral. Assim, mesmo leitores de elite compartilham visões hiperbólicas, sensacionais e melodramáticas de mundo. Este modo de narração movido por sensações não seria, portanto, uma distorção, mas sim um pilar fundamental do fazer jornalístico. Afinal, as sensações também servem para amplificar os efeitos de verossimilhança da realidade retratada.

Barbosa e Ribeiro (2005) lembram, ainda, que, desde a década de 2000, o caráter testemunhal do jornalismo se acentua, sobretudo a partir de uma mudança de linguagem dos repórteres e apresentadores, que passou a abrir espaço para a coloquialidade. A proximidade afetiva, a maior informalidade e o uso mais destacado de recursos dramáticos, como expressões faciais e corporais, se tornaram novas formas de promover a credibilidade, notam Ribeiro e Sacramento (2019). Mais do que testemunhas, os enunciatórios do discurso jornalístico passam a ser cúmplices: os repórteres buscam a partilha e o engajamento do interlocutor, compartilhando sentimentos e uma visão sobre os acontecimentos (GUTMANN, 2014).

286

No caso das reportagens analisadas, podemos perceber uma tentativa de construir uma *performance de indignação e compaixão*: os apresentadores e repórteres desejam exibir de maneira explícita que consideram o feminicídio um crime completamente absurdo e que a situação, no presente, é especialmente preocupante. As entrevistas com familiares enlutados e relatos de vítimas sobreviventes, porém, não são os únicos momentos em que a emotividade toma conta. O momento de se falar das estatísticas, ao contrário do que se poderia imaginar, também pode ser tão ou mais sensível. A *apresentação da estatística emotiva* envolve o tom de voz, as interjeições, expressões faciais, entre outros fatores. Uma reportagem do programa *Globo Comunidade* exprime de maneira eloquente como isso se dá (FIG. 2). Diz a apresentadora Susana Napolini:

Os números, *prepare-se*, você vai ver aqui *agora*, são assustadores. *Olha só... Ai, ai, olha aqui... um estupro a cada onze minutos*, uma

mulher é assassinada a cada *duas ho-ras*, quinhentas e três mulheres são vítimas de agressão a cada *hora* no Brasil, e cinco espancamentos a cada dois minutos... Ou seja, nesse tempo em que a gente tá conversando aqui, cinco mulheres já foram *espancadas*. (...) Quarenta e... Meu Deus! Quarenta e nove feminicídios. Feminicídios é o seguinte: homicídio, né? Homicídio de mulheres. Quarenta e nove mulheres assassinadas. Seis vítimas por mês. (RIO..., 2018, grifos da autora).

FIGURA 2 – Apresentadora do Globo Comunidade, Susana Napolini manifesta, por gestos e expressão facial, seu pesar diante dos números relativos à violência contra a mulher. Foto de tela retirada da reportagem *Rio de Janeiro registra seis vítimas de feminicídio por mês*.



FONTE – Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do *Globo Comunidade* (RIO..., 2018).

Chama a atenção o destaque a termos como “prepare-se”, “você vai ver aqui agora”, “olha só”, “olha aqui”. Essas palavras fazem parte de uma tentativa de despertar o interesse do espectador, e o modo de fazê-lo é por meio dos números. A sensibilização é enfatizada após cada um deles, sobretudo o de feminicídios, em que a jornalista interrompeu a enunciação do número com um “Meu Deus!”. Convém notar que, embora o pesar esteja em alta, a informação, neste momento, está em falta, visto que ela define “feminicídio” como homicídio de mulher – e, como se sabe, nem todo homicídio de mulher é um feminicídio, sendo elemento fundamental do conceito a relação do crime com uma estrutura de poder marcada pelo gênero (FREGOSO & BEJARANO, 2010).

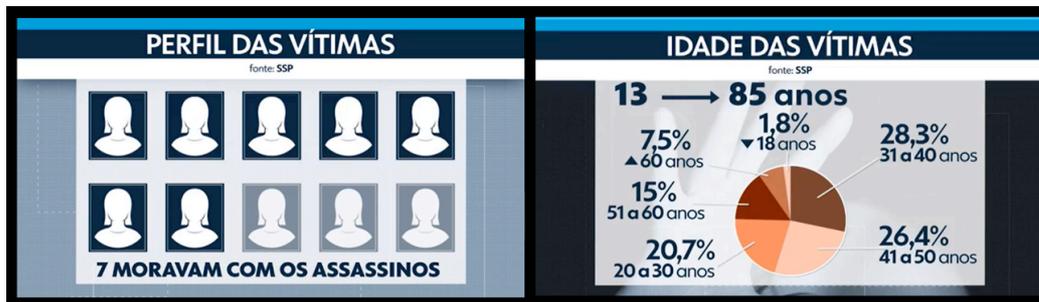
Apesar disso, o referido conteúdo prossegue entrevistando especialistas sobre o tema que trazem informações importantes, como a violência psicológica. O que se

observa, contudo, em muitas das matérias, é que o recurso às estatísticas se torna um fim em si mesmo: considera-se que recitar os números relativos ao feminicídio já é informação suficiente. Estes dados, apresentados isoladamente, sem explicações sobre o que é o feminicídio e como se pode combatê-lo, pouco fazem em termos de qualificação do conhecimento sobre o fenômeno.

Um exemplo é a matéria “Dossiê vai ajudar no combate ao feminicídio”, que menciona que as estatísticas relativas à violência servirão como base para a criação de políticas públicas, mas apenas relata os números sem detalhar ou ao menos citar que políticas seriam essas, nem consultar especialistas que poderiam dar mais informações. Para além das estatísticas e dos relatos individuais, o feminicídio permanece, para os telejornais, um fenômeno muito nebuloso, movido por forças ocultas. Ou, como a própria apresentadora declara: “É estranho, né, parece que quanto mais a gente fala, mais casos aparecem” (DOSSIÊ..., 2019).

Outra situação para o uso do recurso aos números que vale notar é a apresentação do perfil das vítimas de feminicídios. Também aqui, a escassez de discussão crítica tem impactos negativos. Além da quantidade de vítimas, costumam ser citados fatores como relação com os agressores, idade (FIG. 3) e se procuraram ou não a delegacia da mulher antes do desfecho fatal: “a maioria dos feminicídios envolvem mulheres que não fizeram denúncia ou desistiram do processo no meio do caminho”, diz reportagem do *DF2* com dados da Polícia Civil concedidos em exclusividade à emissora (FEMINICÍDIO..., 2018).

FIGURA 3 – Dados sobre perfil das vítimas de feminicídios. Foto de tela retirada da reportagem *Vidas Contadas - Feminicídios: região tem 53 casos de feminicídio desde mudança em lei*.



FONTE – Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do *Jornal da EPTV 2ª Edição - Campinas/Piracicaba* (VIDAS..., 2019).

Novamente gostaria de chamar a atenção para o modo como as estatísticas ganham destaque, se tornando uma notícia por si próprias. Para torná-las mais acessíveis e interessantes ao público, são feitos gráficos como os exibidos acima (FIG. 3), que são parte da reportagem “Vidas Contadas - Feminicídios: região tem 53 casos de feminicídio desde mudança em lei”, do *Jornal da EPTV 2ª Edição - Campinas/Piracicaba* (VIDAS..., 2019). Alguns são mais simples, como o exemplo à esquerda: buscam dar concretude ao fato de que 7 a cada 10 vítimas moravam com os assassinos e, para isso, utilizam dez ícones brancos iguais entre si, que representam uma figura feminina de maneira elementar, sem rosto – e sem raça ou classe. As vítimas, aqui, são um grupo homogêneo. Já no quadro à direita, a informação apresentada é mais complexa, e existe um esforço em torná-la visível: cada seção do gráfico é pintada de uma tonalidade diferente, e os números das porcentagens são exibidos em tamanho grande, inclusive maior que os próprios dados de idade das vítimas.

Aqui, porém, o não dito fala tanto quanto ou mais do que o dito. O que as matérias deixam de mencionar sobre o perfil das vítimas é uma porcentagem muito significativa: em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras, segundo o Atlas da Violência 2020<sup>5</sup>. Já uma matéria do *Jornal Nacional* faz referência a este fato, mas apenas o menciona como mais um entre os demais, sem desenvolver a

<sup>5</sup> Mais informações em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/27/68-das-mulheres-assassinadas-no-brasil-sao-negras-diz-ipea.htm>>. Acesso em: 27/05/2023.

questão. Mais foco é conferido à questão da ausência de denúncia por parte da vítima: “esse silêncio da mulher é determinante para a vida ou para a morte. Porque quando ela fala, o Estado é obrigado a ajudá-la. Quando ela não fala, não tem como você socorrê-la” (MAIS..., 2019), diz uma das profissionais entrevistadas. A matéria poderia, por exemplo, chamar fontes que explicassem algo no sentido de que a população negra foi historicamente perseguida e discriminada pelo poder público, portanto, é natural que haja descrença das mulheres negras quanto ao judiciário. Também poderia propor um debate sobre o papel do Estado em reverter este cenário. Em vez disso, prefere terminar o conteúdo com a responsabilização das vítimas.

Como se pode perceber, na maioria das matérias, o que justifica a relevância do tema – e a urgência da denúncia – é o aumento do número de casos. Este crescimento do feminicídio é apresentado como algo inegável – afinal, “os números comprovam”, como diz uma reportagem (MINISTÉRIO..., 2019). Poucas vezes essa ideia é questionada. Na reportagem “Número de casos de feminicídios aumenta no DF”, a especialista consultada, Marcelle Gomes Figueira, pesquisadora da Universidade Católica de Brasília, opina que um aumento dos casos *não necessariamente* significa que há um aumento na violência, mas sim um reforço na conscientização e no número de denúncias. Ela também corrige o apresentador Guilherme Portanova quando este afirma que a vítima tem “tolerância” com as agressões (NÚMERO..., 2018b). Depoimentos como este, porém, são exceção. Os jornalistas costumam recorrer a profissionais que afirmam, sem pestanejar, que há uma multiplicação dos casos devido a um aumento do machismo.

Curiosamente, a insistência nesta intensificação do feminicídio pela via numérica não impede que, em alguns momentos, os telejornais comemorem a diminuição nos índices deste crime, como em “Pernambuco tem queda de 16,9% nos assassinatos e redução de 18,2% nos casos de feminicídio” (PERNAMBUCO..., 2020) e “Crimes como feminicídio tiveram redução de 55% no RS” (CRIMES..., 2020). Note-se, ainda, que a segunda matéria foi ao ar em dezembro de 2020, portanto, já em período de pandemia de coronavírus. A tendência de queda apontada nesta matéria está em direta oposição aos fatos narrados por outros telejornais, como “Isolamento social

aumenta os casos de feminicídio” (ISOLAMENTO..., 2020) e “Exclusivo: número de feminicídios cresce durante pandemia do coronavírus no Brasil” (EXCLUSIVO..., 2020).

Embora a ideia fixa de um aumento do fenômeno como motivador para sua relevância seja objeto de crítica neste estudo, a divulgação descontextualizada de reduções nos índices também é problemática. É verdade que as matérias reforçam que, mesmo com essa diminuição, as autoridades devem continuar atuando para combater a violência contra a mulher. Porém, esse tipo de pauta coloca os números no centro da discussão, ao invés de abordar, diretamente, as políticas públicas necessárias. Em alguns momentos, as diferenças entre um período e outro são mínimas, mas, devido à noção de autoridade de que os números são dotados, viram notícia. Por exemplo, a reportagem “Balanço da SDS de feminicídios de 2018 aponta queda de 10% nas ocorrências no Sertão de PE” (BALANÇO..., 2019) diz respeito a uma diferença de dois feminicídios, já para uma matéria do *MGTV*, bastou a ocorrência de um caso a menos para que se apontasse uma redução (CONFIRA..., 2019).

O caso de Santa Catarina se mostrou emblemático para observar essa espécie de *fetiche das estatísticas* sobre feminicídio. Até janeiro de 2020, os telejornais do Estado se alinhavam às produções de outras localidades ao apontar um inequívoco crescimento no número de feminicídios (ÂNDERSON, 2020a; SANTA..., 2020). Algumas semanas depois, contudo, os repórteres já anunciavam, com base no balanço do primeiro mês do ano, uma queda deste tipo de crime: “Santa Catarina começa 2020 com uma redução importante nesses números” (ÂNDERSON..., 2020b). Embora o repórter deixe claro que esta redução não significa que o problema esteja resolvido, vale questionar: qual é, de fato, o valor noticioso dessa informação? Os dados de um mês realmente já são o suficiente para configurar uma “redução importante”, sobretudo depois de um ano que bateu recordes, segundo a própria matéria lembra?

Em abril de 2020, já em plena pandemia de coronavírus, enquanto diversos telejornais ao redor do Brasil abordavam o aumento da violência contra a mulher e também as dificuldades para se fazer uma denúncia neste contexto, o *Bom Dia Santa*

*Catarina* comemorava uma queda do número de feminicídios durante a quarentena. Embora reforcem que o combate a este crime deve continuar, se transmite a ideia de que, após um período crítico, agora o problema está no caminho de ser solucionado (NÚMERO..., 2020). É importante observar que o programa nega a possibilidade de que esteja havendo subnotificações, adotando a narrativa da Secretaria de Segurança Pública de que existiria, de fato, um movimento de queda nos números, fruto do trabalho do órgão.

Já em novembro de 2020, uma “surpresa” – pelo menos, para os jornalistas do programa: os “dados tristes” voltaram, “no decorrer da pandemia esses números foram subindo, subindo, subindo” (SC..., 2020). Para tentar desvendar essa conjuntura, a produção recorre ao depoimento da delegada Patrícia Zimmermann, e o apresentador Rafael Faraco pergunta, referindo-se aos dados do início da pandemia: “aqueles números lá nos enganaram?” (SC..., 2020). Cabe refletir sobre a imagem que se cria da evolução dos casos de feminicídio: é quase como se houvesse uma força mística que movesse a mão dos assassinos. No início de 2020, os profissionais pareciam acreditar que ela havia simplesmente desaparecido, como mágica, após um ano de atuação intensa. Depois, diante da evidência de que o problema não “sumiu”, a ideia transmitida é de que foram “enganados”: os números de feminicídio adquirem características humanas, a eles sendo atribuídos uma atitude sorrateira, como se tivessem feito confabulações e tivessem ficado esperando para agir quando todos menos esperavam.

Este tipo de conteúdo demonstra o problema da concentração dos telejornais em torno de um acompanhamento dos índices de feminicídio como sendo um dos tópicos mais proeminentes acerca do tema. Essa discussão retira o foco de outras questões tão ou mais relevantes, como a necessidade de mais delegacias da mulher, o fornecimento de apoio psicológico e financeiro às vítimas e a suas famílias, a disponibilidade de abrigos, a expansão do projeto Patrulha Maria da Penha, entre outras.

Além disso, o foco nos números, no movimento de aumentar ou diminuir, firma o feminicídio diretamente no *agora* – no máximo, de dois ou três anos atrás. Embora as matérias façam referência ao machismo e ao ódio como sendo as causas do feminicídio,

a crença de que possa haver uma “explosão” de aversão às mulheres ou uma súbita queda deste fenômeno, de um mês para outro ou mesmo de um ano para outro, evidencia a falta que faz um olhar histórico para o fenômeno.

Vale notar que, como nota Besse (1989), o início do século XX também foi um momento em que emergiu uma preocupação social intensa e muito difundida com a violência contra a mulher que terminava em morte, e que, na época, era chamada de “crime de paixão”. Embora os ditos “homicídios passionais” não fossem de forma alguma um fenômeno novo no Brasil<sup>6</sup>, passou a haver uma percepção popular de que a situação estaria fora de controle: o número de mulheres mortas por homem sofria uma “proliferação extraordinária”, constituindo-se como uma “epidemia”, “coleção assustadora de massacres”, “autêntica selvageria”, “explosão de insanidade” e um “retrocesso da civilização” (BESSE, 1989, p.183). Tanta consternação com o triste fim destas senhoras não significava, porém, uma valorização do feminino e uma preocupação com a vida das mulheres. Segundo Besse (1989), o alerta em relação aos “crimes de paixão” pode ser entendido como um aspecto da preocupação do público brasileiro com a desagregação da família e, portanto, da ordem social.

Observamos que o cenário atual apresenta semelhanças com o quadro narrado por Besse (1989), guardadas as devidas proporções. A insistência na ideia de que a violência contra a mulher seria uma “explosão”, uma “onda” e, ao mesmo tempo, um “retrocesso”, pode ser entendida como uma forma de desviar do fato de que nossa sociedade está fundada na violência, e este é um problema que demanda uma profunda modificação social, não podendo ser resolvido apenas com atitudes individuais. Em vez disso, atribuem-se características quase mágicas ao fenômeno – e, se o Estado estaria empregando todos os esforços, as únicas que poderiam e deveriam fazer algo a mais seriam as próprias vítimas.

Deste modo, pode-se observar que, nas matérias analisadas, os números não servem apenas para dar concretude e objetividade, mas sim acabam funcionando como

---

<sup>6</sup> As Ordenações Filipinas – legislação que vigorou no Brasil, em matéria penal, entre 1595 e 1831 – garantiam que se um homem casado achasse sua mulher em adultério, lícitamente poderia matá-la.

outra forma de construir uma *dramaticidade despotencializada*. Isto é, o enquadramento do feminicídio como tragédia que funciona de forma a chamar a atenção do espectador sem construir efetivamente um incremento informativo, mas sim esvaziando o potencial político do debate sobre feminicídio como problema coletivo. Os números conferem um senso de urgência e novidade ao fenômeno, impelindo a uma resposta imediata e afastando a questão de um debate mais apurado.

## **OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS**

Após análise dos materiais coletados e discussão de resultados, foi possível observar que as reportagens mobilizam números e estatísticas comumente associadas a uma sensação de urgência. Assim como ocorre com a narração emotiva, a noção de emergência, em si, não é problemática, mas sim a linha de argumentação utilizada para justificá-la. Primeiro, uma urgência de atitude que coloca todo o peso nos ombros das próprias vítimas. Segundo, uma urgência atrelada à ideia de que o feminicídio estaria crescendo, o que lhe concede um suposto caráter de novidade, explosão, exponencialidade, e seria este caráter – não necessariamente o fenômeno em si – que o torna digno de nota.

Na primeira via, notamos que uma situação muito comum de utilização de números identificada na análise é a referência ao fato de que, entre as vítimas de feminicídio, estatisticamente, a maioria já sofria agressões do homem que terminou por assassiná-la, mas não havia denunciado a situação à polícia. As estatísticas, deste modo, servem como base para que esses profissionais afirmem que as mulheres são vítimas *igualmente* do machismo e do *próprio* silêncio, da própria omissão ou incapacidade de agir. Pouco ou nada costuma mencionado sobre o porquê de essas mulheres não denunciarem (as dificuldades nesse processo, a dependência financeira e emocional, a falta de estrutura de atendimento, etc). Como estes dados geralmente vêm de instituições ligadas ao sistema de justiça, tendem a apresentar uma visão positiva sobre este, deslocando, então, para outro lugar, a falha no processo – geralmente, a mulher, repreendida por não conseguir denunciar a violência que sofre. Esse processo possui

consequências sociais nefastas: mais especificamente, o apagamento da dimensão histórica do problema e a culpabilização das vítimas.

Já a segunda maneira identificada de foco nos números subordina o debate a uma questão de identificar se o feminicídio está aumentando ou diminuindo. Nessas ocasiões, os números aparecem como algo dotado de uma “vida própria”, movidos por forças ocultas. Aumentam, depois diminuem, em seguida “enganam” e sempre “surpreendem”. Não se costuma investigar causas e soluções sociais para os acontecimentos, que parecem brotar “do nada”.

Outro problema é que essa visão firma os feminicídios diretamente no agora – no máximo, de dois ou três anos atrás. Embora as matérias façam referência ao machismo e ao ódio como sendo as causas do feminicídio, a crença de que possa haver uma “explosão” de aversão às mulheres ou uma súbita queda deste fenômeno, de um mês para outro ou mesmo de um ano para outro, evidencia a falta de entendimento sobre o fator histórico.

Os limites dessa formação discursiva ficam evidenciados por meio de uma análise histórica que demonstre como o ódio à figura feminina teve, ao longo da História, um papel político fundamental para a conformação da mulher a uma posição social subordinada. A violência contra a mulher não é e nunca foi um “surto”: foi, historicamente, sancionada pelo Estado, pela Lei, pela religião e pela cultura.

A insistência na ideia de que a violência contra a mulher seria uma “explosão” colabora para a perda de potencial em torno da discussão sobre o feminicídio no sentido de um deslocamento da responsabilidade em direção à vítima, e uma concentração da discussão em números que alarmam, mas pouco informam.

## Referências

14º caso de feminicídio é confirmado no DF. **Bom Dia DF**, 22/05/2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7633484/programa/?s=0s>>. Acesso em: 10/03/2022.

ÂNDERSON Silva: número de feminicídios apresenta queda em 2020. **Jornal do Almoço - Joinville**, 05/02/2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8297394/?s=0s>>. Acesso em: 10/03/2022.

ÂNDERSON Silva: recorde de feminicídios em 2019. **Jornal do Almoço - Joinville**, 03/01/2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8210428/?s=0s>>. Acesso em: 10/03/2022.

AUTORA, 2023.

BALANÇO da SDS de feminicídios de 2018 aponta queda de 10% nas ocorrências no Sertão de PE. **GRTV 2ª Edição**, 22/01/2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7320139/?s=0s>>. Acesso em: 10/03/2022.

BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula G.. Telegornalismo na Globo: vestígios, narrativas e temporalidades. In: BRITTOS, V.; BOLAÑO, C. (Orgs.). **TV Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 205-224.

BESSE, K. Susan. Crimes passionais: a campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil: 1910-1940. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 18, p. 181-197, 1989.

CONFIRA dados sobre feminicídio em 2018 no G1 Centro-Oeste de Minas. **MGTV 1ª Edição - Centro-Oeste**, 18/03/2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7465459/?s=0s>>. Acesso em: 10/03/2022.

296

CRIMES como feminicídio tiveram redução de 55% no RS. **RBS Notícias**, 09/12/2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9088966/?s=0s>>. Acesso em: 10/03/2022.

DF registra quatro casos de feminicídio em janeiro. **DF1**, 02/02/2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7349430/?s=0s>>. Acesso em: 10/03/2022.

DOSSIÊ vai ajudar no combate ao feminicídio. **Meio Dia Paraná - Maringá**, 09/04/2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7526472/?s=0s>>. Acesso em: 10/03/2022.

EXCLUSIVO: número de feminicídios cresce durante pandemia do coronavírus no Brasil. **Fantástico**, 31/05/2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8593056/?s=0s>>. Acesso em: 10/03/2022.

FEMINICÍDIO no DF: Polícia Civil revela perfil das vítimas. **DF2**, 28/12/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7263949/>>. Acesso em: 10/03/2022.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREGOSO, Rosa-Linda; BEJARANO, Cynthia (Orgs.). **Terrorizing women: Femicide in the Americas**. Durham: Duke University Press, 2010.

GUTMANN, Juliana. Entre tecnicidades e ritualidades: formas contemporâneas de performatização da notícia na televisão. **Galáxia**, São Paulo, n. 28, p. 108-120, 2014.

ISOLAMENTO social aumenta os casos de feminicídio. **Bom Dia Paraná**, 06/05/2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8533937/?s=0s>>. Acesso em: 10/03/2022.

MAIS de 1.200 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil em 2018. **Jornal Nacional**, 10/09/2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7912802/?s=0s>>. Acesso em: 10/03/2022.

MATHEUS, Leticia Cantarela. **Elos, temporalidades e narrativas: a experiência contemporânea do medo no jornalismo de O Globo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MINISTÉRIO Público traça perfil dos crimes de feminicídios registrados em 2018 no estado. **Jornal da EPTV 1ª Edição - São Carlos/Araraquara**, 02/01/2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7271212/?s=0s>>. Acesso em: 10/03/2022.

MS registrou, em média, dois feminicídios por mês em 2018. **Bom Dia MS**, 27/12/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7259960/?s=0s>>. Acesso em: 10/03/2022.

NÚMERO de feminicídios: foram seiscentas e setenta mulheres assassinadas em 2016. **Bom Dia Pará**, 08/03/2018a. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6561323/>>. Acesso em: 10/03/2022.

NÚMERO de casos de feminicídios aumenta no DF. **Bom Dia DF**, 20/03/2018b. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6592891/programa/?s=0s>>. Acesso em: 10/03/2022.

NÚMERO de feminicídios no Piauí é assustador e mulheres falam como identificar sinais. **PITV 1ª Edição**, 09/07/2018c. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6859602/?s=0s>>. Acesso em: 10/03/2022.

NÚMERO de casos de feminicídio diminui em SC durante a quarentena. **Bom Dia Santa Catarina**, 23/04/2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8503647/?s=0s>>. Acesso em: 10/03/2022.

NETO, Antonio José Pedroso. Jornalismo e despolitização. **Revista Observatório**, v. 1 n. 2, p. 82-100, 2015.

PARÁ registra ao menos 39 casos de feminicídio este ano. **Jornal Liberal 2ª edição**, 22/10/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7106511/?s=0s>>. Acesso em: 10/03/2022.

PARANÁ registra aumento de 50% nos casos de feminicídio em 2018. **Boa Noite Paraná**, 08/03/2019. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/7441503/?s=0s/>>. Acesso em: 10/03/2022.

PERNAMBUCO tem queda de 16,9% nos assassinatos e redução de 18,2% nos casos de feminicídio. **AB TV 1ª Edição**, 15/01/2020. Disponível em: < [https://globoplay.globo.com/v/8238622/?s=0s](https://globoplay.globo.com/v/8238622/?s=0s/)>. Acesso em: 10/03/2022.

PIAUI tem 17 feminicídios esse ano e mulher ainda tem medo de denunciar. **Bom dia Piauí**, 22/06/2018. Disponível em: < [https://globoplay.globo.com/v/6825831/?s=0s](https://globoplay.globo.com/v/6825831/?s=0s/)>. Acesso em: 10/03/2022.

RETROSPECTIVA 2018: Casos de feminicídio e violência contra a mulher crescem na região. **TEM Notícias 1ª Edição – Sorocaba/Jundiaí**, 27/12/2018. Disponível em: < [https://globoplay.globo.com/v/7260270/?s=0s](https://globoplay.globo.com/v/7260270/?s=0s/)>. Acesso em: 10/03/2022.

RIBEIRO, Ana Paula G.; SACRAMENTO, Igor. O repórter e a reportagem na TV: a cobertura do atentado contra o Charlie Hebdo. **Significação-Revista de Cultura Audiovisual**, v. 46, p. 59-77, 2019.

RIO de Janeiro registra seis vítimas de feminicídio por mês. **Globo Comunidade**, 04/11/2018. Disponível em: < [https://globoplay.globo.com/v/7135286/?s=0s](https://globoplay.globo.com/v/7135286/?s=0s/)>. Acesso em: 10/03/2022.

SANTA Catarina registra aumento no número de casos de feminicídio em 2019. **Bom Dia Santa Catarina**, 03/01/2020. Disponível em: < [https://globoplay.globo.com/v/8209028/?s=0s](https://globoplay.globo.com/v/8209028/?s=0s/)>. Acesso em: 10/03/2022.

SC soma 45 feminicídios em 2020; delegada reforça importância da denúncia de casos. **Bom Dia Santa Catarina**, 12/11/2020. Disponível em: < [https://globoplay.globo.com/v/9017058/?s=0s](https://globoplay.globo.com/v/9017058/?s=0s/)>. Acesso em: 10/03/2022.

VIDAS Contadas - Feminicídios: região tem 53 casos de feminicídio desde mudança em lei. **Jornal da EPTV 2ª Edição - Campinas/Piracicaba**, 27/05/2019. Disponível em: < [https://globoplay.globo.com/v/7647704/?s=0s](https://globoplay.globo.com/v/7647704/?s=0s/)>. Acesso em: 10/03/2022.